

PUBLICIDADE JUDICIAL

Rede Brasileira de Educação a Distância Sociedade Empresária Ltda.
CNPJ/ME nº 03.685.697/0001-13 - NIRE 35.228.413.396
Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Ficam convocados os sócios da **Rede Brasileira de Educação a Distância Sociedade Empresária Ltda.** ("Sociedade") a se reunirem em Reunião de Sócios que se realizará de forma exclusivamente digital, no dia **21 de novembro de 2022**, às 14 horas, a fim de: (i) deliberar sobre a necessidade de autorização dos sócios para o administrador praticar atos de interesse da Sociedade, tais como, mas não se limitando, a movimentação de recursos financeiros; (ii) deliberar sobre os recursos necessários para a prática de atos ordinários relativos à administração da Sociedade; (iii) deliberar sobre a adaptação do contrato social à Lei 14.451 de 2022 que alterou o Código Civil. **Aviso:** nos termos da IN nº 81 do DREI, ficam os sócios informados do que segue: (i) os sócios poderão simplesmente participar da reunião, sem votar, ou participar e votar na reunião, mediante autenticação remota; (ii) a reunião será realizada pelo sistema de videoconferência "zoom"; (iii) os sócios que quiserem participar da reunião deverão enviar seu documento de identificação (RG e/ou CPF), com foto, até o dia **17 de novembro de 2022**, por meio eletrônico, para o seguinte e-mail: victoria@catipatristaladai.adv.br; (iv) em resposta ao e-mail, será enviado o link de acesso para a sala de videoconferência em que se realizará a reunião; (v) os instrumentos de procuração também deverão ser enviados na forma do item "iii" acima; (vi) as procurações deverão ser assinadas via certificação digital e/ou ter a firma reconhecida; (vii) a reunião será gravada; (viii) o sócio poderá participar da reunião digital desde que apresente os documentos até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, devendo o envio da documentação de identificação observar, obrigatoriamente, o procedimento previsto neste edital; (ix) todos os documentos e informações relacionados à matéria constante da ordem do dia estão à disposição dos sócios, inclusive por meio digital seguro, podendo ser solicitados, por meio eletrônico, na forma do item "iii" deste edital. São Paulo (SP), **07 de novembro de 2022**. Administrador: Giuseppe Visconti.

NIMBI S.A.
CNPJ nº 02.890.199/0001-04 - NIRE 35.300.515.145
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da Nimbi S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 18 de novembro de 2022, às 10h00min, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Pinzon, nº 51, conjunto 001, sala 01, Vila Olímpia, CEP 04547-130, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar a inclusão de atividades de intermediação e agência-mento de serviços e negócios em geral no objeto social da Companhia; e (ii) considerar o Estatuto Social da Companhia em face as deliberações tomadas. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador constituído na forma do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76 deverá depositar o respectivo mandato na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo, 08 de novembro de 2022. Carolina Cabral - Diretora Presidente.

PRAVALER S.A.
CNPJ/ME nº 04.531.065/0001-14 - NIRE 35.300.320.344
Edital de Convocação

Ficam os Srs. Acionistas, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17/11/2022, na sede da Companhia e de modo digital, às 17h00, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a eleição de membro do conselho de administração da Companhia; (ii) a substituição de membro do conselho de administração da Companhia; e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores, praticar todos os atos necessários à efetivação e consecução da matéria da ordem do dia. São Paulo, 08/11/2022. **Ricardo Oliver Mizze** - Presidente do Conselho de Administração.

Mission Music Production Musical Ltda.
CNPJ/ME nº 30.782.845/0001-47 - NIRE 35235.2844857
Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Ficam convocados os Senhores Quotistas desta Sociedade para se reunirem em Reunião de Sócios, que se realizará, no dia 28 de novembro de 2022, às 14h00, na sede social da Sociedade na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Passos, 39, Sumaré/SP, CEP 05.441-010, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Destituição da Sra. Luciana Fernandes da Silva, brasileira, solteira, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39.844.895-5 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 577.304.900-72, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Girassol, 1263, apto. 83, Jardim das Bandeiras, CEP 05.433-002, do cargo de administradora da Sociedade; e (ii) Em razão do item (i) da Ordem do Dia, a alteração da Cláusula 6ª, caput, do Contrato Social da Sociedade. São Paulo, 09 de novembro de 2022. **Janet Guper** - Administradora.

Jari ENERGIA Companhia Energética do Jari - CEJA
("Companhia")
CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62 - NIRE nº 35.300.175.620

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 10/08/2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 10/08/2022, às 15h00, na Sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens 111, Coodig 44191-0, Predio 22, Bloco A, Sala 22, Lapa do Baixo, CEP 05069-900. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi instalada com a presença do Presidente da Companhia Sr. Luiz Otavio Assis Henriques e dos Conselheiros de Administração Efetivos Sr. Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, Sr. Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro, Sr. Luyi Zhang, Sr. Evandro Leite Vasconcelos e Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, todos por teleconferência. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luiz Otavio Assis Henriques, que escolheu a Sra. Sonia Aparecida Santos Tolava secretária-ia. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente informou que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre a substituição de membro da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, aprovaram, por unanimidade, a eleição, com efeitos desde 09.08.2022, para o mandato em curso, do Sr. **FERNANDO FLEISCHER FERRARI**, brasileiro, administrador, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.721.936-7, e inscrito no CPF/ME sob o nº 341.780.291-2, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal 418, 3º andar, Conjunto 2901, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-060, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de **DIRETOR FINANCEIRO**, em substituição ao Sr. **Silvio Alexandre Scucuglia da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.617.319-7, inscrito no CPF sob nº 197.536.028-12, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal 418, 3º andar, Conjunto 2901, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-060, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição, com efeitos desde 09.08.2022, para o mandato em curso, ou seja, até 04.02.2023: (a) **Luiz Otavio Assis Henriques** - *Diretor Presidente*; (b) **Luival Teixeira dos Santos Sobrinho** - *Diretor Operacional e Técnico*; (c) **Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca** - *Diretor Administrativo*; (d) **Fernando Fleischer Ferrari** - *Diretor Financeiro*. O Diretor, ora eleito, neste ato, tomou ciência de sua respectiva eleição e a aceita, conforme Termo de Posse em anexo, declarando não estar inscrito em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil nos termos da Legislação da Sociedade Anônima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original Sonia Aparecida Santos Tolava - **Secretária da mesa**, JUCESP nº 64.84.875/22-1 em 03/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0223863-80.2009.8.26.0100 - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (Dr(a). GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, na forma de Lei, etc. FAZ SABER CITAÇÃO E CITAÇÃO DE NOTÍCIA VEÍCULO O - Prazo 20 dias - Proc. nº 0223863-80.2009.8.26.0100. O DR. GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, Juiz de Direito da 23ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL, SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber Ao Sra. Aparecida Monteiro Nogueira de Sá, que COOP DE ECON CRED. MUT. POL. MIL. SERV. DA SEC. NEG. DA SEG. PUBLICA DO EST. SP, ajouizou uma ação de Execução, para cobrança de R\$ 6.450,90, que deverá ser atualizada na data do efetivo pagamento. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação e intimação (de veículo penhorado) por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários fixados em 10%, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, ficando advertido que poderá ajuizar embargos a execução no prazo de 15 dias, prazos estes que começaram a fôr após os 20 dias supra, sob pena de penhora, presumindo-se aceitos os fatos a advertência determinada no artigo 257, IV, do CPC. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 21 de outubro de 2022. **NADA MAIS.** Data e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo

Editai de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 126/2022; Processo Administrativo n.º 7.707/2022; Oferta de compra: 871400801002022000245. Endereço Eletrônico: www.bec.sp.gov.br e www.vinhedo.sp.gov.br/licitacoes; Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS DE TESTES BÁSICAS PARA AS FAMÍLIAS ATENDIDAS NOS CRAS NOVA VINHEDO, CENTRO E CAPELA, CONFORME EDITAL E ANEXOS.** O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 11 de novembro de 2022 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, dia 29 de novembro de 2022 a partir das 09:00 horas. O Edital na Integral poderá ser obtido nos sítios acima mencionados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2022 - 2ª VERSÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 8.274/2022 - SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação - OBJETO: Registro de preços para aquisição de uniformes, meias e calçados para atendimentos dos alunos da rede municipal de ensino de Vinhedo, conforme especificações do edital e seus anexos. **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO POR LOTTE. **DATA/HORA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS:** até o dia 25/11/2022 entre 08h30 e 09:00 horas. **DATA/HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO":** dia 25/11/2022, às 09:00 horas. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** Sala de Licitações situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Mateus, na cidade de Vinhedo/SP, CEP 13.284-408, Anfiteatro do Centro Médico Dr. Manoel Mathews Neto. **LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL:** O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 10/11/2022, na Secretaria Municipal de Administração, Paço Municipal, na Rua Humberto Pescarini, nº 330, bairro Centro, Vinhedo (SP), CEP 13.280-085, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento do valor da pasta ou, gratuitamente, por meio do site www.vinhedo.sp.gov.br **VALOR DA PASTA:** R\$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberta o PREGÃO PRESENCIAL 174/2022, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO URBANA COM UTILIZAÇÃO DE CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE, EM RUAS E AVENIDAS DO JARDIM CIDADE ALTO NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA – SÃO PAULO.** A entrega dos envelopes contém a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00h do dia 29/11/2022, onde ocorrerá o processamento do certame. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R\$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 11/11/2022. Orlandia, SP, 09 de Novembro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

O Município de Limeira, comunica aos interessados do PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 181/2022 que tem como objeto a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, SANEANTES DOMISSANITÁRIOS, COSMÉTICOS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, UTENSÍLIOS EM GERAL E COPOS DESCARTÁVEIS EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, que o presente procedimento licitatório foi Anulado parcialmente pela Autoridade Competente.

Limeira, 08 de novembro de 2022

Luiz Alberto Battistella – Secretário Municipal de Administração

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS
CNPJ nº 57.522.468/0001-63

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo de Compra nº 324/2022 - Pregão Eletrônico nº 58/2022 - Objeto: Registro de preços para aquisição de aparelho de telefone celular, pelo período de 12 meses. O Diretor Presidente homologa o presente processo licitatório e adjudica o item 1 do Edital pelo valor total de R\$ 34.560,00 à licitante Candango Atacarejo Distr. e Com. Varejista de Eletrodomésticos Ltda., conforme Ata às fls. 151 a 153 dos autos. SJCampos, 4 de novembro de 2022. George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS **Leia e assinine: 5584-0035**

HRE Varginha Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/ME nº 45.511.595/0001-88 - NIRE 35.232.946.310

3ª Alteração do Contrato Social e Ato de Transformação da Sociedade Empresária Limitada denominada "HRE Varginha Empreendimentos Imobiliários Ltda." em Sociedade por Ações

Pelo presente instrumento particular: **HRE Log Participações S.A.**, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-132, CNPJ/ME nº 45.950.860/0001-24, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP NIRE 35.300.596.838, neste ato representada por seu Diretor, **Ricardo de Santos Freitas**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 14.546.235 SSP/SP, CPF/ME nº 121.220.368-26, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo/SP, única sócia da sociedade empresária limitada unipessoal denominada **HRE Varginha Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-132, CNPJ/ME nº 45.511.595/0001-88 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob NIRE 35.232.946.310 ("Sociedade"), e, ainda, **Cafezais de Minas Agropecuária e Empreendimentos Ltda.**, com sede em Varginha/MG, na Rua Citlog, nº 333, Aeroporto, CEP 37031-090, CNPJ/ME nº 02.849.683/0001-81, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG NIRE 3120556368-1, neste ato representada por seus Administrador, **Breno Nogueira Paiva**, brasileiro, solteiro, nascido em 18/09/1988, economista e empresário, RG nº MG 13.835.985 SSP/MG, CPF/ME nº 086.315.446-05, residente e domiciliado em Varginha/MG, na Rua José de Rezende Silva, nº 75, casa 06, Jardim Simões, CEP 37064-080, **BCM - Administração e Participações Ltda.**, com sede em Varginha/MG, na Rua Citlog, nº 333, Aeroporto, CEP 37031-090, CNPJ/ME nº 25.194.533/0001-82, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG NIRE 3120556368-1, neste ato representada por seu Administrador, **Breno Nogueira Paiva**, acima qualificado, e **NP Administração e Participações - Eireli**, com sede em Varginha/MG, na Rua Citlog, nº 333, Aeroporto, CEP 37031-090, CNPJ/ME nº 40.392.971/0001-49, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG NIRE 3160100604-1, neste ato representada por sua Administradora, Lilianna Botelho Nogueira Paiva, brasileira, casada, empresária, RG nº MG 4.349.374 SSP/MG, CPF/ME nº 664.224.776-00, residente e domiciliada em Varginha/MG, na Rua José de Rezende Silva, nº 75, casa 06, Jardim Simões, CEP 37064-080, resolvem alterar o Contrato Social e transformar o tipo jurídico da Sociedade, conforme as deliberações a seguir: I. Aumento do Capital Social: 1.1. Tendo em vista que o capital social se encontra totalmente integralizado, deliberam aumentá-lo em R\$ 9.457.998,00, com a emissão de 9.457.998 novas quotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, todas subscritas pela nova sócia **Cafezais de Minas Agropecuária e Empreendimentos Ltda.**, que ora ingressa na Sociedade, e integralizadas, neste ato, (i) mediante a conferência do bem imóvel, pelo Var de RS 9.457.897-47; e (ii) em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 63.052.653,00. **II. Transformação do Tipo Jurídico da Sociedade:** 2.1. Transformar o tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, nos termos da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com a consequente alteração de seu Contrato Social em Estatuto Social, de forma a cumprir as exigências legais pertinentes ao novo tipo societário, dentre elas a alteração da denominação social da Sociedade, de "HRE Varginha Empreendimentos Imobiliários Ltda." para "HRE Varginha Empreendimentos Imobiliários S.A.". 2.2. Diante da inexistência de quaisquer impedimentos legais e satisfetivos todos os requisitos da Lei das S.A., a Sociedade manterá sua estrutura e integridade, operando com todas as atividades econômicas, mantendo suas escrituras, atendidas as exigências legais em matéria fiscal e contábil, sem sofrer solução de continuidade em seus negócios, sendo garantidos os direitos dos credores, situação essa que os acionistas reconhecem e aprovam, sem quaisquer restrições, convertendo-se suas participações na Sociedade ora transformada, em subscrito e integralização do seu novo capital social. 2.3. Dessa forma, o capital social é alterado de R\$ 9.457.998,00, dividido em 9.457.998 quotas, para R\$ 9.457.998,00, dividido em 9.457.998 ações ON, sem valor nominal e com direito a voto. 2.3.1. A transformação ora realizada não altera a titularidade das quotas de emissão da Sociedade e de titularidade da sócia **HRE Log Participações S.A.**, outorgada em favor da **Habitasec Securitizadora S.A.** (CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58), conforme previsto nos Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade. Neste sentido, a referida alienação fiduciária passará a recair sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia e de titularidade da acionista **HRE Log Participações S.A.**, presentes e futuras. 2.4. Aprovar a abertura de filial da Companhia em Varginha/MG, na Rua Citlog, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090. 2.5. Reconduzir os entes Administradores da Sociedade, **Ricardo de Santos Freitas**, acima qualificado, e **João Philipe Toazza de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 34.259.085-6 SSP/SP, CPF/ME nº 323.438.538-60, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, conjunto 112 (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo/SP, aos cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir os cargos de Diretores da Companhia, para um mandato unificado válido por 3 anos contados a partir da presente data. 2.5.1. Os Diretores ora reconduzidos aceitaram a nomeação e declararam, expressamente, que não estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 147, §1º, da Constituição Federal, e a Lei nº 9.300, de 23 de dezembro de 2022, para assumir